

Panorama do Poder Legislativo local: perfil de candidatos e eleitos por porte populacional nas eleições para vereadores no Brasil e suas grandes regiões (2004-2020)

Overview of local Legislative Branch: profile of candidates and elected by population size in elections for city councilors in Brazil and its major regions (2004-2020)

Panorama del Poder Legislativo local: perfil de los candidatos y electos por tamaño de la población en las elecciones a concejales en Brasil y sus grandes regiones (2004-2020)

Simone Cristina Duflothⁱ ¹, Cláudia Júlia Guimarães Hortaⁱⁱ ¹, Bruno Lazzarotti Diniz Costaⁱⁱⁱ ¹, Karoline Kellen Sena^{iv} ¹ e Gabriel Luiz Lisboa de Sousa^v ¹

¹Fundação João Pinheiro – FJP

Resumo

Este estudo analisa o perfil dos candidatos e eleitos ao cargo de vereador no Brasil e suas grandes regiões, de 2004 a 2020, considerando o porte populacional. São analisadas as características como sexo, raça/cor, grau de instrução e idade dos candidatos e eleitos nas eleições municipais durante esse período, buscando entender tendências na relação entre candidaturas e sucesso eleitoral. Utilizando uma abordagem exploratório-descritiva, a pesquisa se baseia em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), literatura acadêmica e informações demográficas. Os resultados destacam mudanças significativas na representação de sexo, com um aumento na presença de mulheres, especialmente em municípios menores a partir de 2012. No entanto, a sub-representação feminina persiste em todas as regiões. Quanto à raça/cor, houve um crescimento na participação de candidatos e eleitos negros em 2016 e 2020. A análise da escolaridade mostra um aumento de candidatos com ensino médio e superior completo ao longo do tempo, especialmente em municípios menores. A idade média dos candidatos e eleitos também aumentou gradualmente, com variações por porte populacional e região.

Palavras-chave: eleições municipais; Brasil e grandes regiões; perfil de candidatos; perfil de vereadores; porte populacional; Poder Legislativo.

Abstract

This study analyzes the profile of candidates and elected officials for the position of city councilor in Brazil and its major regions, from 2004 to 2020, considering population size. Characteristics such as gender, race/color, level of education and age of candidates and elected officials in municipal elections during this period are analyzed, seeking to understand trends in the relationship between candidacies and electoral success. Using an exploratory-descriptive approach, the research is based on data from the Superior Electoral Court (Tribunal Superior Eleitoral – TSE), academic literature and demographic and socioeconomic information. The results highlight significant changes in gender representation, with an increase in the presence of women, especially in smaller municipalities from 2012 onwards. However, female underrepresentation persists in all regions. Regarding race/color, there was an increase in the participation of black candidates and elected officials in 2016 and 2020. The analysis of education shows an increase in candidates with completed secondary and higher education over time, especially

ⁱE-mail: simone.dufloth@fjp.mg.gov.br

ⁱⁱE-mail: claudia.horta@fjp.mg.gov.br

ⁱⁱⁱE-mail: bruno.diniz@fjp.mg.gov.br

^{iv}E-mail: karolinesenab@gmail.com

^vE-mail: gllisboad@gmail.com



Revista E-Legis

ISSN:
2175-0688

DOI:
10.51206/elegis.v18i44.877

Seção:
Artigos

Autor para contato:
Simone Cristina Dufloth

Editores-chefes:
Fabiano Peruzzo Schwartz
Mauro Moura Severino
Tatyana de Azevedo Maia

Recebido em:
26 de julho de 2024

Aceito em:
23 de abril de 2025

Publicado em:
2 de outubro de 2026

Esta obra tem a licença
“CC BY 4.0”. 

in smaller municipalities. The average age of candidates and elected officials also increased gradually, with variations by population size and region.

Keywords: municipal elections; Brazil and major regions; profile of candidates; profile of city councilors; population size; Legislative Branch.

Resumen

Este estudio analiza el perfil de candidatos y funcionarios electos para el cargo de concejal en Brasil y sus grandes regiones, de 2004 a 2020, considerando el tamaño de la población. Se analizan características como género, raza/color, nivel de educación y edad de los candidatos y funcionarios electos en las elecciones municipales durante este período, buscando comprender tendencias en la relación entre candidaturas y éxito electoral. Con un enfoque exploratorio-descriptivo, la investigación se basa en datos del Tribunal Superior Electoral (Tribunal Superior Eleitoral – TSE), literatura académica e información demográfica y socioeconómica de la población. Los resultados destacan cambios significativos en la representación de género, con un aumento en la presencia de mujeres, especialmente en los municipios más pequeños a partir de 2012. Sin embargo, la subrepresentación femenina persiste en todas las regiones. En cuanto a raza/color, hubo un aumento en la participación de candidatos y funcionarios electos negros en 2016 y 2020. El análisis de la educación muestra un aumento de candidatos con educación secundaria y superior completa a lo largo del tiempo, especialmente en los municipios más pequeños. La edad promedio de los candidatos y funcionarios electos también aumentó gradualmente, con variaciones según el tamaño de la población y la región.

Palabras clave: elecciones municipales; Brasil y grandes regiones; perfil de los candidatos; perfil de los concejales; tamaño de la población; Poder Legislativo.

1 Introdução

O presente artigo busca analisar o perfil de candidatos e eleitos ao cargo de vereador de 2004 a 2020, por porte populacional no Brasil e suas grandes regiões. O estudo aborda as características sexo, raça/cor, grau de instrução e idade dos candidatos e eleitos nas eleições municipais para o Poder Legislativo. Objetiva-se consolidar um panorama do perfil de candidatos e eleitos de forma a propiciar melhor compreensão desse cenário político local. O recorte por grandes regiões estabelece um painel desse perfil nas diferentes regiões brasileiras no que se refere às características predominantes de candidatos e eleitos ao cargo de vereador.

Em termos de níveis de escolaridade, sabe-se que o Brasil possui inúmeros déficits estruturais que dificultam a entrada e a permanência em cursos de ensino superior para as classes sociais mais vulneráveis. Embora tenha havido grande mudança neste cenário com as políticas de ampliação e acesso ao ensino superior no país, ainda persistem desafios como a redução do alto índice de analfabetismo funcional. Dessa forma, cabe investigar se essa variável pode revelar influência no âmbito da temática em questão, uma vez que, em um padrão de representatividade e retrato do país por similaridade, um alto nível de educação formal ainda não é realidade.

O estudo apresentado neste artigo classifica-se como de natureza exploratório-descriptiva quanto ao tipo de abordagem. A problemática central que ele pretende discutir surge da constatação de que o Brasil dispõe de poucas pesquisas que retratem de forma panorâmica e consolidada o perfil dos representantes eleitos para todas as casas legislativas municipais. Esta pesquisa visa apresentar um “retrato” das câmaras de vereadores por porte populacional no Brasil e suas grandes regiões, de 2004 a 2020, no que se refere às características/perfis desses representantes, a saber: sexo, raça/cor, grau de instrução e idade.

A pesquisa documental e bibliográfica engloba artigos e livros sobre o tema em questão disponíveis na literatura, bem como dados sobre as características dos candidatos a vereadores e dos eleitos disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (Brasil, 2024). Os dados secundários obtidos foram tabulados a fim de serem feitas as análises pertinentes aos objetivos da pesquisa. O estudo aqui apresentado resulta de análise estatística dos dados disponibilizados pelo TSE, considerando a similaridade entre as características do perfil dos vereadores nos anos de 2004 a 2020 por porte populacional. Por sua especificidade, pela abrangência nacional, pelo

caráter multidisciplinar e pela grande quantidade de dados analisados, a pesquisa aqui proposta encontra poucos paralelos na produção científica nacional.

2 Eleições municipais e porte populacional no Brasil: fundamentação teórica

Para se abordar o tema da vereança na política local brasileira, foi preciso levar em conta algumas relevantes considerações sobre o tema. É basilar que algumas nuances sobre a representação política no nível local sejam debatidas, isso para fomento e amplitude da discussão. Assim, de acordo com a literatura organizada, inicia-se o debate pela perspectiva de representação política e dos novos achados, em termos de pesquisa, que compõem direcionamentos sobre a representação política no nível local. Essa representação invariavelmente mostra divergências às teses de uma política local majoritariamente estereotipada em termos de personalismos e particularismos políticos, como o clientelismo, ainda que, em alguma medida, condições para configurações de relações clientelistas estejam presentes na política local (Almeida; Lopez, 2011; Kerbauy; Silva, 2016; Rocha; Araújo, 2016).

De acordo com Guisso (2020), cabe ressaltar que as dinâmicas da política municipal devem ser mais exploradas, em termos de pesquisa, no campo de estudo da Ciência Política, muito embora já sejam apresentados avanços significativos desde a década de 90 do século XX. Isso ocorre pela importância dada pela Constituição de 1988 (Brasil, 2010) ao papel dos municípios na política brasileira, tanto pelo exercício da administração pública no processo de descentralização político-administrativa quanto pela relevância nas disputas eleitorais (Inácio; Rennó, 2010; Santos, 2008 *apud* Gelape, 2017) (Arretche, 2004; Rocha; Kerbauy, 2014). Guisso (2020) destaca, ainda, que, apesar da importância da variável dos territórios (Avritzer, 2007; Urbinati; Warren, 2008 *apud* Gelape, 2017), faz-se necessária a centralidade na qual estudos demonstrem, em perspectiva comparada, como os diferentes territórios e diferentes contingentes populacionais podem impactar a forma como os atores constituem a representação política (Guisso, 2020).

Pretende-se, no presente estudo, compreender o perfil de candidatos e vereadores eleitos a partir do tamanho dos municípios, ou seja, o porte populacional destes. Justifica-se isso pelo fato de os municípios serem espaços frutíferos para a observação e a comparação de evidências empíricas, uma vez que, desde a teoria clássica até as renovações teóricas, esses espaços constituem profícuo locus das virtudes democráticas. Segundo Guisso (2020), o município é um espaço que já surgia na obra de autores clássicos da democracia liberal e do governo representativo, como Tocqueville e Mill, concebido com a denominação de governo local, povoado (*township*) ou instituição local, como locus do desenvolvimento de uma virtude democrática que se dá no exercício descentralizado das funções públicas e do debate político. Stuart Mill via, na dimensão local, um espaço para a socialização e a participação política, que deveria ser o espaço para o conhecimento da vida pública e do desenvolvimento de práticas representativas (Mill, 1981; Toqueville, 2005 *apud* Guisso, 2020, p. 18).

O porte populacional de um território emerge como um critério de avaliação essencial em diversas análises, especialmente quando se focaliza a demanda por serviços e recursos, dado que múltiplos fenômenos são influenciados pela dimensão populacional. Essa influência manifesta-se, por exemplo, na variação das demandas municipais de acordo com o porte da cidade, como apontado por Costa *et al.* (2012), que destacam a necessidade de uma oferta de serviços proporcionalmente maior em cidades de maior porte. No entanto, devido a ambiguidades na literatura e nos órgãos oficiais, ainda que seja relevante esse fator de avaliação em análises de diferentes naturezas, não há um padrão de categorização dessa variável, como discutido por Araújo (2012). O fator demográfico predomina como parâmetro na definição do porte populacional; no entanto, são considerados também critérios como produção econômica, densidade populacional e até mesmo aspectos mais abstratos, como estilo de vida.

Em virtude da falta de padronização, convém considerar a classificação do tamanho da população adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), tendo

em vista que esta é frequentemente utilizada na literatura e por outras entidades e órgãos. Essa classificação divide os municípios em sete portes: (i) até 5.000 habitantes; (ii) de 5.001 a 10.000 habitantes; (iii) de 10.001 a 20.000 habitantes; (iv) de 20.001 a 50.000 habitantes; (v) de 50.001 a 100.000 habitantes; (vi) de 100.001 a 500.000 habitantes; e (vii) acima de 500.000 habitantes. A definição desses portes foi fundamentada na distribuição populacional dos municípios, conforme detalhado no documento relacionado à análise amostral do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001).

Embora a classificação do IBGE seja predominante, outros autores optam por agrupar os portes em categorias como pequeno, médio e grande porte. Por exemplo, Pimentel, Albuquerque e Souza (2015) definem municípios com menos de 20 mil habitantes como de pequeno porte; entre 20 e 100 mil habitantes como de médio porte; e acima de 100 mil habitantes como de grande porte. Já Calvo *et al.* (2016) consideram municípios com menos de 25 mil habitantes como de pequeno porte; entre 25 e 100 mil habitantes como de médio porte; e acima de 100 mil habitantes como de grande porte.

No contexto das eleições, o TSE adota a mesma classificação de sete portes do IBGE para disponibilizar dados sobre candidatos e vereadores eleitos nos pleitos de 2004 a 2020. Por outro lado, alguns estudos classificam o porte populacional de acordo com o número de eleitores no município. Carlomagno (2015), por exemplo, considera municípios com até 5 mil eleitores como de pequeno porte; entre 5 e 10 mil eleitores como de pequeno-médio porte; entre 10 e 50 mil eleitores como de médio porte; entre 50 e 200 mil eleitores como de médio-grande porte; e acima de 200 mil eleitores como de grande porte. Speck e Mancuso (2013) também adotam essa última abordagem.

Contudo, este estudo se propõe a consolidar informações que possibilitem uma melhor compreensão do perfil de candidatos e eleitos ao cargo de vereador a partir do tamanho dos municípios, ou seja, o porte populacional destes. Diante dessa diversidade, o presente estudo explora as diferentes classificações existentes, com ênfase na classificação do IBGE (2021).

No contexto local das cidades, onde as relações sociais se intensificam e o poder público municipal desempenha um papel crucial no desenvolvimento da sociedade, a importância dos municípios para a construção de práticas democráticas e representativas é evidente. Nesse cenário, estudos têm buscado compreender as relações entre carreiras políticas, perfil de candidatos e porte dos municípios. A tese de Gelape (2022) sobre carreiras políticas no Brasil investiga o padrão de carreiras a partir dos vereadores eleitos de 2000 a 2020. Sua pesquisa apontou que a grande maioria desses vereadores (99%) não alcançou mandatos eletivos nos níveis estaduais e federais. Embora o estudo de Gelape (2022) revele que a progressão da carreira de vereador para esferas políticas mais elevadas seja incomum para a grande maioria, é importante notar que outras pesquisas demonstram que muitos parlamentares estaduais e federais construíram suas trajetórias políticas a partir de experiências no nível municipal, frequentemente como vereadores e(ou) prefeitos. Essa constatação sugere que, enquanto a carreira de vereador pode não ser, para a maioria, um trampolim direto para o cenário político nacional, o nível municipal permanece como um importante espaço de formação e recrutamento para lideranças que, posteriormente, podem ascender a cargos em outras esferas da Federação. Além disso, outros estudos sobre coligações eleitorais no nível municipal sugerem que o tamanho do município é também importante para a compreensão das estratégias e orientação dos seus atores (Miguel; Machado, 2010; Peixoto, 2010; Praça; Dantas, 2010; Ribeiro, 2010 *apud* Rocha; Kerbauy, 2014).

Em consonância com esses achados, e a partir dos apontamentos de outros estudos que destacam a passagem pelos cargos de vereador e prefeito na ascensão de parlamentares, Gelape (2022) demonstra que o porte do município exerce influência significativa. O resultado de que a maioria dos vereadores não avança para esferas superiores é, notadamente, condicionado ao tamanho do eleitorado municipal. Em municípios com mais de 500 mil eleitores, a pesquisa de Gelape (2022) indica que vereadores conquistam, de fato, vitórias em carreiras que alcançam os níveis estaduais e nacionais. Em linha com a literatura especializada, as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo locais também são impactadas pelo tamanho do município e

pelo número de atores no Legislativo, conforme previsto na legislação eleitoral (Gelape, 2022; Rocha; Kerbaux, 2014).

No que concerne ao processo eleitoral, Nicolau (2004, p. 10) esclarece que sistema eleitoral consiste no “conjunto de normas que define como o eleitor poderá fazer escolhas e como os votos serão contabilizados para serem transformados em mandatos”. Nesse sentido, o conjunto de normas mencionado, que define a distribuição proporcional de cadeiras por município entre os partidos e as listas de candidatos e que passou por modificações no cálculo por totalidade do eleitorado e porte dos municípios nos anos de 1988, 2003, 2004 e 2009, é operacionalizado por meio do Coeficiente Eleitoral (QE) e do Coeficiente Partidário (QP).

Assim, de acordo com Nicolau (2004), a legislação eleitoral configura a forma pela qual se realiza a escolha dos candidatos por meio do sistema eleitoral, sendo os principais tipos os sistemas majoritários, proporcionais e mistos. No contexto da democracia como um procedimento de escolha, o processo eleitoral para os Legislativos municipais adota o sistema proporcional e opera sob o modelo de lista aberta, visando mitigar o problema da equidade na relação entre votos e cadeiras dos partidos (Nicolau, 2004; Schumpeter, 1984). Para melhor compreender o contexto em que se insere a análise do perfil dos vereadores, é importante considerar as modificações legislativas que moldaram o quantitativo de cadeiras nas câmaras municipais ao longo da redemocratização brasileira. A Figura 1 sumariza essas alterações e seus respectivos anos de implementação desde a Constituição de 1988.

Conforme demonstrado na Figura 1, a legislação eleitoral concernente ao número de vereadores passou por significativas alterações desde 1988, refletindo a dinâmica política e as interpretações jurídicas sobre a representação municipal. Esse cenário legislativo em constante evolução dialoga diretamente com a importância do porte populacional dos municípios, um fator reiteradamente destacado na literatura como relevante para a compreensão da política local.

Figura 1 – Mudanças na legislação eleitoral sobre o quantitativo de cadeiras no Legislativo municipal e respectivo ano da alteração

Ano	Modificação implementada
1988	A definição do número de vereadores proporcional à população dos municípios está prevista no inciso IV do artigo 29 da Carta Magna de 1988.
2003	Em 2003, o Supremo Tribunal Federal (STF) adotou a posição de que a definição do número de vereadores não está limitada apenas à faixa estabelecida na Constituição Federal, devendo haver uma correspondência matemática efetiva entre a população do município e o número estabelecido pelo Poder Legislativo municipal, referindo-se especificamente ao município de Mira da Estrela (SP).
2004	A Resolução n.º 21.702/2004 do TSE impôs, em todo o Brasil, a adequação do número de cadeiras das câmaras municipais.
2009	Outra mudança institucional representada pela Emenda Constitucional n.º 58/2009 definiu a relação entre o número de vereadores (limite máximo) e a população do município correspondente, a qual alterou a composição dos Legislativos municipais a partir do pleito realizado em 2009.

Fonte: elaboração própria a partir de Chieza e Costa (2015, p. 147–150) e Melo, Pessoa Júnior e Soares (2021, p. 230).

Não obstante essas mudanças legais e a importância do porte populacional em si, resalta-se a relevância dos desenvolvimentos econômico e social, elementos frequentemente associados, na literatura, aos municípios de maior tamanho. Pesquisas recentes têm consistentemente apresentado diversas questões relacionadas à política municipal, e o tamanho do município emerge como um fator explicativo crucial para as variações observadas no comportamento dos atores políticos. Esse debate acerca do porte municipal reside, em grande medida, na forte correlação existente, no Brasil, entre essa dimensão e indicadores socioeconômicos. Segundo Rocha e Kerbaux (2014, p. 21-22), sobretudo no Brasil,

observa-se forte correlação entre o porte do município e indicadores socioeconômicos como taxas de urbanização, pobreza, desenvolvimento humano etc., sendo os municípios maiores também os mais urbanizados, desenvolvidos economicamente e com melhor desempenho em relação a vários indicadores sociais.

Em consonância com essa perspectiva que valoriza o porte municipal, destaca-se o estudo de Leal (2010), que investigou vereadores no Rio Grande do Sul. Os resultados dessa pesquisa indicam que o porte dos municípios demonstrou ter um peso maior do que as legendas partidárias na análise da política local. Embora Leal (2010) reconheça que as diferenças partidárias não são desprezíveis e representam uma dimensão relevante, contrariando teses antropológicas focadas exclusivamente em redes e facções, em seu estudo, a profissionalização dos vereadores gaúchos, medida pela longevidade dos mandatos, variou significativamente em função do porte do município. Em suma, para Leal (2010), quanto maior o município, maior a probabilidade de se encontrarem vereadores profissionais. No que tange à participação, à identidade e ao enraizamento social dos vereadores, a pesquisa de Leal (2010, p. 95) também revelou que a

participação em organizações sociais se mostrou a principal forma de construção de capital político em todos os partidos e portes de município. A diferença que se nota é o tipo de organização: enquanto nos municípios pequenos predominam as organizações ligadas à Igreja, nos municípios maiores, elas cedem espaço para as associações de moradores como fonte de legitimação.

Complementando essas constatações, o estudo de Leal (2010) apontou que é nos municípios do Rio Grande do Sul com mais de 100 mil habitantes que se concentra o maior número de vereadores com três ou mais mandatos, para os quais a vereança se configurou como atividade profissional exclusiva.

Tomando por base os estudos apresentados, observa-se que o porte populacional se apresenta como uma variável pertinente na análise do perfil de políticos. A partir dessa perspectiva, o presente artigo avança ao propor um comparativo das características predominantes de sexo, cor/raça, grau de instrução e idade do conjunto de candidatos e eleitos ao cargo de vereador no Brasil nas eleições ocorridas nos anos de 2004 a 2020. Espera-se que essa consolidação de dados e informações contribua para uma compreensão mais aprofundada desse perfil, ainda pouco explorado em nível nacional.

3 Perfil de candidatos e eleitos para o Poder Legislativo municipal (2004-2020): apresentação e análise dos resultados da pesquisa por porte populacional no Brasil e nas grandes regiões brasileiras

O perfil analisado inclui as características de sexo, cor/raça, grau de instrução e idade. Tais características foram identificadas a partir dos dados disponibilizados pelo TSE (Brasil, 2024) e estão organizadas nas seções que se seguem.

3.1 Análise da característica “sexo”

Os resultados e análises aqui apresentados focam no percentual de candidaturas femininas em relação ao total de candidatos e no percentual de mulheres eleitas em relação ao total de eleitos para as câmaras de vereadores. A Tabela 1 apresenta esses dois percentuais e a razão entre eles ao cargo de vereador por porte populacional no Brasil nas eleições ocorridas de 2004 a 2020.

Na Tabela 1, observa-se que, no Brasil como um todo, no período de 2004 a 2020, houve um aumento na participação de mulheres para as câmaras de vereadores. Os resultados revelam que, nas eleições de 2004 e 2008, houve um baixo percentual de candidaturas femininas, sendo os menores registrados nos municípios de menor porte populacional. Nas eleições a partir de 2012, cresceu o percentual de candidaturas femininas, com maior percentual nos municípios de menor população. Os maiores percentuais passaram a ser registrados nos grupos populacionais de menor porte, diminuindo com o aumento da população.

Tabela 1 – Percentual de candidatas, percentual de eleitas e razão entre esses percentuais para o cargo de vereador por porte populacional no Brasil (2004, 2008, 2012, 2016 e 2020)

Porte populacional	2004	2008	2012	2016	2020
% de candidatas					
Até 5.000 hab.	19,0	19,4	33,1	34,0	36,4
De 5.001 a 10.000 hab.	19,9	20,1	33,1	33,7	36,0
De 10.001 a 20.000 hab.	21,4	21,3	32,6	33,3	35,5
De 20.001 a 50.000 hab.	22,5	22,7	31,9	32,4	34,9
De 50.001 a 100.000 hab.	24,2	23,5	31,0	31,5	33,7
De 100.001 a 500.000 hab.	25,7	24,4	30,7	31,4	33,6
Mais de 500.000 hab.	22,2	22,0	29,4	30,7	32,5
% de eleitas					
Até 5.000 hab.	13,0	12,8	14,5	14,9	17,4
De 5.001 a 10.000 hab.	12,5	12,4	13,9	14,1	17,1
De 10.001 a 20.000 hab.	13,1	13,5	14,3	13,9	16,1
De 20.001 a 50.000 hab.	11,4	12,7	12,8	13,0	15,4
De 50.001 a 100.000 hab.	11,8	12,0	12,5	12,5	14,8
De 100.001 a 500.000 hab.	10,4	9,1	9,6	10,4	12,6
Mais de 500.000 hab.	11,3	11,3	10,5	11,6	15,7
% de eleitas/% de candidatas					
Até 5.000 hab.	0,7	0,7	0,4	0,4	0,5
De 5.001 a 10.000 hab.	0,6	0,6	0,4	0,4	0,5
De 10.001 a 20.000 hab.	0,6	0,6	0,4	0,4	0,5
De 20.001 a 50.000 hab.	0,5	0,6	0,4	0,4	0,4
De 50.001 a 100.000 hab.	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4
De 100.001 a 500.000 hab.	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4
Mais de 500.000 hab.	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5

Fonte: elaboração própria.

O aumento expressivo do percentual de candidaturas femininas, especialmente após a implementação da cota de sexo por meio da Lei n.º 12.034/2009 (Brasil, 2009), não se traduziu em um percentual equivalente de mulheres eleitas para o cargo de vereador. Apesar do crescimento observado na representação feminina ao longo das últimas cinco eleições, ela ainda permanece substancialmente menor se comparada ao percentual de candidatas. Os dados revelam que, em geral, as mulheres têm uma chance ligeiramente maior de serem eleitas em municípios de menor porte populacional, com essa diferença diminuindo gradualmente conforme o tamanho do município aumenta, embora haja um pequeno aumento nas cidades mais populosas. As disparidades de sucesso eleitoral entre homens e mulheres são evidentes ao se compararem os percentuais de candidatas e de eleitas.

Regionalmente (Tabela 2), o padrão de comportamento foi bastante similar à média nacional, tanto para as candidaturas quanto para as eleições bem-sucedidas. Os percentuais de candidaturas femininas foram ligeiramente menores nas regiões Sudeste e Nordeste, mas cresceram em todas as regiões ao longo do período analisado, com crescimento mais acentuado nos municípios menores, especialmente na Região Sul, embora também tenham aumentado nos municípios de maior porte.

A despeito de o estudo abranger as eleições de 2004 a 2020, a Tabela 2 ilustra os percentuais de candidatas e de eleitas nas eleições de 2004 e 2020, incluindo a razão entre esses percentuais por porte populacional nas grandes regiões brasileiras. Os resultados evidenciam a inversão entre 2004 e 2020 e demonstram uma mudança marcante nos percentuais de candidaturas em diferentes tamanhos de municípios.

Tabela 2 – Percentual de candidatas, percentual de eleitas e razão entre esses percentuais para o cargo de vereador por porte populacional nas grandes regiões brasileiras (2004 e 2020)

Porte populacional	% de candidatas		% de eleitas		% de eleitas/ % de candidatas	
	2004	2020	2004	2020	2004	2020
Norte						
Até 5.000 hab.	21,2	36,7	15,8	16,2	0,7	0,4
De 5.001 a 10.000 hab.	21,4	36,9	13,5	18,3	0,6	0,5
De 10.001 a 20.000 hab.	21,2	35,9	14,7	15,6	0,7	0,4
De 20.001 a 50.000 hab.	22,0	35,2	14,0	17,1	0,6	0,5
De 50.001 a 100.000 hab.	23,9	33,6	15,5	14,0	0,6	0,4
De 100.001 a 500.000 hab.	25,9	34,0	14,9	17,9	0,6	0,5
Mais de 500.000 hab.	22,2	33,5	13,3	16,3	0,6	0,5
Nordeste						
Até 5.000 hab.	19,9	34,8	15,9	17,9	0,8	0,5
De 5.001 a 10.000 hab.	20,6	35,5	15,0	18,0	0,7	0,5
De 10.001 a 20.000 hab.	21,4	35,1	14,8	17,1	0,7	0,5
De 20.001 a 50.000 hab.	22,1	34,3	14,7	15,9	0,7	0,5
De 50.001 a 100.000 hab.	22,4	33,1	12,2	15,4	0,5	0,5
De 100.001 a 500.000 hab.	24,9	33,1	13,7	13,9	0,5	0,4
Mais de 500.000 hab.	19,7	31,9	8,7	16,3	0,4	0,5
Sudeste						
Até 5.000 hab.	18,9	35,9	12,2	15,3	0,6	0,4
De 5.001 a 10.000 hab.	19,5	35,6	10,9	15,1	0,6	0,4
De 10.001 a 20.000 hab.	21,5	35,3	10,4	14,0	0,5	0,4
De 20.001 a 50.000 hab.	22,9	35,0	9,9	13,4	0,4	0,4
De 50.001 a 100.000 hab.	25,6	33,9	10,3	15,6	0,4	0,5
De 100.001 a 500.000 hab.	26,1	33,4	8,7	11,2	0,3	0,3
Mais de 500.000 hab.	23,4	32,5	11,8	14,4	0,5	0,4
Sul						
Até 5.000 hab.	17,6	37,4	11,8	19,7	0,7	0,5
De 5.001 a 10.000 hab.	18,5	36,6	11,0	18,0	0,6	0,5
De 10.001 a 20.000 hab.	20,6	36,2	11,7	17,4	0,6	0,5
De 20.001 a 50.000 hab.	22,9	35,5	11,7	15,7	0,5	0,4
De 50.001 a 100.000 hab.	24,1	34,6	10,2	13,9	0,4	0,4
De 100.001 a 500.000 hab.	25,3	34,2	9,4	11,4	0,4	0,3
Mais de 500.000 hab.	22,3	33,0	14,0	24,1	0,6	0,7
Centro-Oeste						
Até 5.000 hab.	20,8	36,5	13,2	15,8	0,6	0,4
De 5.001 a 10.000 hab.	21,0	37,0	12,7	17,6	0,6	0,5
De 10.001 a 20.000 hab.	22,3	36,4	14,6	15,8	0,7	0,4
De 20.001 a 50.000 hab.	22,7	35,2	14,3	16,2	0,6	0,5
De 50.001 a 100.000 hab.	24,9	34,1	14,4	11,1	0,6	0,3
De 100.001 a 500.000 hab.	25,3	33,7	10,6	14,3	0,4	0,4
Mais de 500.000 hab.	20,8	33,1	9,9	8,8	0,5	0,3

Fonte: elaboração própria.

Em se tratando dos resultados eleitorais de 2004 e 2020, conforme observado na Tabela 2, o percentual de mulheres eleitas foi superior nos municípios de menor porte, diminuindo com o aumento do porte populacional. Em alguns casos, contudo, esse percentual foi maior nos

municípios mais populosos, com algumas exceções, como na região Norte, onde esse padrão não se mostrou tão evidente.

Nesse cenário, a sub-representação das mulheres nas câmaras de vereadores também se fez presente em todas as regiões do Brasil em relação às candidaturas. Na eleição de 2004, os percentuais calculados foram maiores comparativamente a 2020, e o sucesso eleitoral das mulheres foi maior nos municípios de menor porte, diminuindo com o aumento da população, com exceção da região Norte. Na eleição de 2020, registrou-se uma redução importante da razão “% eleitas/% candidatas”, que se tornou bastante similar entre os grupos de porte populacional.

3.2 Análise da característica “cor/raça”

Disponível apenas para as eleições de 2016 e 2020, a análise da informação sobre raça/cor declarada pelos candidatos considerou dois grandes grupos: brancos e negros, incluindo, neste último, pretos e pardos.

Os resultados e análises aqui apresentados focam no percentual de candidaturas de negros em relação ao total de candidatos e no percentual de negros eleitos em relação ao total de eleitos para as câmaras de vereadores. A Tabela 3 apresenta esses dois percentuais e a razão entre eles ao cargo de vereador por porte populacional no Brasil nas eleições ocorridas em 2016 e 2020.

Tabela 3 – Percentual de candidatos negros, percentual de negros eleitos e razão entre esses percentuais para o cargo de vereador por porte populacional no Brasil (2016 e 2020)

Porte populacional	% de candidatos		% de eleitos		% de eleitos/ % de candidatos	
	2016	2020	2016	2020	2016	2020
Até 5.000 hab.	37,5	40,7	32,2	35,6	0,86	0,88
De 5.001 a 10.000 hab.	45,7	48,5	41,3	44,5	0,90	0,92
De 10.001 a 20.000 hab.	49,5	53,1	46,1	49,3	0,93	0,93
De 20.001 a 50.000 hab.	52,5	54,9	48,5	51,1	0,92	0,93
De 50.001 a 100.000 hab.	50,7	52,5	44,7	46,8	0,88	0,89
De 100.001 a 500.000 hab.	47,2	50,3	38,9	41,8	0,82	0,83
Mais de 500.000 hab.	51,1	54,0	36,4	40,4	0,71	0,75

Fonte: elaboração própria.

De maneira geral, no Brasil, e considerando o porte populacional dos municípios, houve um aumento no percentual de candidatos e eleitos negros nas câmaras de vereadores nas eleições de 2016 e 2020, especialmente nos pequenos municípios (com até 5.000 habitantes). Especificamente em relação aos eleitos, também se destacou o crescimento registrado nos grandes municípios (com mais de 100.000 habitantes). É notável que, tanto para os candidatos quanto para os eleitos, os menores percentuais foram registrados nos municípios de menor porte populacional, aumentando progressivamente com o aumento da população até o grupo de 20.001 a 50.000 habitantes, quando então começou a diminuir. No caso dos candidatos, vale destacar que, já na eleição de 2016, os negros representavam mais da metade do total de candidatos nos municípios com mais de 20.000 habitantes. Essa maioria se consolidou em 2020 e passou a incluir também os municípios com mais de 10.000 habitantes.

Esse comportamento pode ter indicado um pequeno aumento nos percentuais de sucesso das candidaturas de negros, refletido em um aumento no percentual de eleitos. No entanto, esse aumento foi menor do que o crescimento registrado no percentual de candidaturas. A razão “% de eleitos/% de candidatos” foi menor em todos os grupos de porte populacional. Em outras palavras, como se observa na Tabela 3, em comparação com o percentual de candidatos, os negros continuam sub-representados nas câmaras de vereadores, apesar do leve aumento observado na razão “% de eleitos/% de candidatos”.

Em relação às diferenças regionais de candidaturas, a Tabela 4 demonstra um aumento

no percentual de candidatos negros em praticamente todas as regiões do Brasil, abrangendo também diferentes grupos de porte populacional.

Tabela 4 – Percentual de candidatos negros, percentual de negros eleitos e razão entre esses percentuais para o cargo de vereador por porte populacional nas grandes regiões brasileiras (2016 e 2020)

Porte populacional	% de candidatos		% de eleitos		% de eleitos/ % de candidatos	
	2016	2020	2016	2020	2016	2020
Norte						
Até 5.000 hab.	76,6	77,9	73,2	78,2	0,96	1,00
De 5.001 a 10.000 hab.	76,1	78,7	71,9	75,7	0,94	0,96
De 10.001 a 20.000 hab.	78,9	80,3	77,5	75,4	0,98	0,94
De 20.001 a 50.000 hab.	78,9	79,7	74,5	78,0	0,94	0,98
De 50.001 a 100.000 hab.	80,9	80,0	74,4	74,4	0,92	0,93
De 100.001 a 500.000 hab.	76,4	78,5	65,5	69,3	0,86	0,88
Mais de 500.000 hab.	77,2	77,0	65,5	61,5	0,85	0,80
Nordeste						
Até 5.000 hab.	63,4	68,9	59,1	64,5	0,93	0,94
De 5.001 a 10.000 hab.	68,4	71,3	62,8	65,7	0,92	0,92
De 10.001 a 20.000 hab.	70,4	74,1	64,9	68,4	0,92	0,92
De 20.001 a 50.000 hab.	72,7	73,9	66,0	67,5	0,91	0,91
De 50.001 a 100.000 hab.	71,0	72,9	62,6	64,3	0,88	0,88
De 100.001 a 500.000 hab.	73,2	73,3	64,4	65,6	0,88	0,89
Mais de 500.000 hab.	67,3	70,6	51,2	55,5	0,76	0,79
Sudeste						
Até 5.000 hab.	36,9	41,3	30,7	34,1	0,83	0,83
De 5.001 a 10.000 hab.	40,3	43,8	34,4	38,2	0,85	0,87
De 10.001 a 20.000 hab.	35,9	40,7	28,3	32,3	0,79	0,79
De 20.001 a 50.000 hab.	37,5	41,6	29,5	33,7	0,79	0,81
De 50.001 a 100.000 hab.	38,3	40,4	29,6	32,2	0,77	0,80
De 100.001 a 500.000 hab.	40,7	43,9	31,2	33,7	0,77	0,77
Mais de 500.000 hab.	43,0	48,1	27,4	33,2	0,64	0,69
Sul						
Até 5.000 hab.	11,1	14,7	7,0	9,1	0,63	0,62
De 5.001 a 10.000 hab.	13,2	16,6	7,7	10,7	0,58	0,64
De 10.001 a 20.000 hab.	13,9	18,2	8,7	11,2	0,63	0,62
De 20.001 a 50.000 hab.	13,6	16,9	7,4	10,9	0,54	0,64
De 50.001 a 100.000 hab.	12,9	17,2	7,2	10,6	0,56	0,62
De 100.001 a 500.000 hab.	17,7	21,6	9,7	14,2	0,55	0,66
Mais de 500.000 hab.	18,0	22,6	7,0	10,8	0,39	0,48
Centro-Oeste						
Até 5.000 hab.	55,1	59,1	50,2	55,5	0,91	0,94
De 5.001 a 10.000 hab.	53,0	58,8	51,6	54,8	0,97	0,93
De 10.001 a 20.000 hab.	53,3	56,8	49,3	53,9	0,92	0,95
De 20.001 a 50.000 hab.	55,5	56,6	48,9	50,2	0,88	0,89
De 50.001 a 100.000 hab.	57,0	58,0	46,4	45,9	0,81	0,79
De 100.001 a 500.000 hab.	58,2	61,5	49,8	54,4	0,86	0,88
Mais de 500.000 hab.	56,9	61,5	41,2	55,3	0,72	0,90

Fonte: elaboração própria.

A análise desses dados evidencia que o incremento no número de candidaturas negras foi menos expressivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nesta ordem. É importante notar, contudo, que essas mesmas regiões já se destacavam por apresentar os maiores percentuais de

candidatos negros na eleição de 2016, com especial ênfase para a região Norte. Em contrapartida, a região Sul chama a atenção pelo crescimento significativo do percentual de candidaturas de negros às câmaras de vereadores. Nessa região, observou-se aumento em todos os grupos de porte populacional, que variou de 22% a 32% de 2016 a 2020. Apesar desse avanço, a região Sul ainda registra, em 2020, um percentual relativamente baixo de candidatos negros, variando entre 14,7% e 22,6%.

A Tabela 4 revela que o percentual de negros eleitos também aumentou em quase todas as regiões e grupos de porte populacional. Da mesma forma como as candidaturas, no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, esse aumento foi menos acentuado em comparação com as outras regiões, nesta ordem. No entanto, essas mesmas regiões já apresentavam os maiores percentuais de negros eleitos na eleição de 2016, com destaque para o Norte. Por outro lado, os resultados da pesquisa destacam o crescimento significativo do sucesso eleitoral de negros nas eleições municipais no Sul, variando de 7,0% a 14,2% entre os grupos de porte populacional de 2016 a 2020. Mesmo assim, essa região registrou um percentual relativamente baixo de negros eleitos (entre 9,1% e 14,2% entre os grupos de porte populacional na eleição de 2020).

Como já observado na média nacional, o crescimento no sucesso eleitoral dos negros não apresentou a mesma intensidade em relação ao crescimento do percentual de candidaturas de negros. Apesar disso, houve um aumento no percentual de negros eleitos de 2016 a 2020, fato que resultou no aumento da representatividade dos negros nas câmaras de vereadores de forma praticamente geral.

Ao se compararem os percentuais de candidaturas e de eleições de negros nos anos de 2016 e 2020, verifica-se, como demonstrado na Tabela 4, que a razão “% de eleitos/% de candidatos” fica abaixo do valor um (1) para praticamente todas as regiões e grupos populacionais.

A exceção ocorre nos municípios com até 5.000 habitantes da região Norte em 2020, onde se registraram aproximadamente 78% de candidatos negros e aproximadamente 78% de negros eleitos. Nas demais regiões, a razão “% de eleitos/% de candidatos” foi inferior, com destaque para a região Sul. Vale ressaltar que a sub-representação observada era menor nos municípios menos populosos e aumentava gradativamente com o crescimento do porte populacional dos municípios.

3.3 Análise da característica “grau de instrução”

Outra característica do perfil de candidatos e eleitos ao Poder Legislativo municipal examinada neste estudo foi o grau de instrução. Os resultados aqui apresentados direcionaram o recorte de análise em duas categorias: ensino médio completo e ensino superior completo. Sendo assim, os resultados e análises aqui apresentados focam no percentual de candidatos que declararam possuir ensino médio completo e ensino superior completo em relação ao total de candidatos e no percentual de eleitos que declararam possuir ensino médio completo e ensino superior completo em relação ao total de eleitos para as câmaras de vereadores. A Tabela 5 apresenta esses dois percentuais e a razão entre eles ao cargo de vereador por porte populacional no Brasil nas eleições ocorridas de 2004 a 2020.

Evolutivamente, as eleições têm refletido mudanças significativas nesse aspecto, tanto para os candidatos quanto para os eleitos às câmaras de vereadores. No cenário brasileiro, como apresentado na Tabela 5, observa-se um crescimento contínuo no percentual daqueles que declaram ter ensino médio completo e ensino superior completo, abrangendo praticamente todos os grupos de porte populacional.

Na comparação entre municípios de menor e de maior porte, observa-se que os percentuais de candidatos com ensino médio completo e ensino superior completo são menores nos de menor porte. No entanto, à medida que o tamanho populacional aumenta, esses percentuais também crescem. Notavelmente, há um aumento progressivo no nível de instrução dos candidatos ao longo das eleições, com um crescimento mais significativo para aqueles com ensino superior completo, especialmente em municípios de menor porte.

Em relação aos vereadores eleitos, observa-se um aumento no percentual daqueles com

ensino médio completo e ensino superior completo. O último grupo, em particular, apresenta ganhos mais expressivos. Essa tendência é mais evidente em municípios menores, onde prevalecem vereadores eleitos com ensino médio completo, especialmente em locais com até 100.000 habitantes. No entanto, em 2020, houve uma mudança nesse padrão para o grupo de municípios com população de 100.001 a 500.000 habitantes, onde passaram a predominar os vereadores com ensino superior completo. O sucesso eleitoral tem sido mais perceptível para candidatos com ensino superior completo, especialmente em municípios mais populosos, indicando uma tendência crescente ao longo das eleições. Esse fenômeno também se reflete na redução do percentual de eleitos em relação aos candidatos com ensino médio completo, independentemente do tamanho populacional dos municípios.

Tabela 5 – Percentual de candidatos e percentual de eleitos com ensino médio e ensino superior completo e razão entre esses percentuais para o cargo de vereador no Brasil (2004, 2008, 2012, 2016 e 2020)

Porte populacional	Ensino médio					Ensino superior				
	2004	2008	2012	2016	2020	2004	2008	2012	2016	2020
% de candidatos										
Até 5.000 hab.	26,6	32,0	36,1	39,4	41,6	6,6	9,4	12,1	12,3	15,6
De 5.001 a 10.000 hab.	29,0	33,4	37,1	39,5	41,4	8,2	11,1	13,8	13,8	16,4
De 10.001 a 20.000 hab.	31,4	35,6	39,4	41,2	42,5	9,5	12,9	15,4	15,9	18,4
De 20.001 a 50.000 hab.	34,8	38,6	41,5	43,0	43,5	12,9	16,0	17,8	18,5	21,1
De 50.001 a 100.000 hab.	36,0	39,3	42,4	43,9	44,2	18,5	21,4	21,6	21,5	24,8
De 100.001 a 500.000 hab.	37,9	41,2	44,0	45,4	45,4	22,7	25,5	24,2	25,2	28,5
Mais de 500.000 hab.	41,1	43,4	45,0	45,3	44,7	31,7	33,7	31,4	33,8	37,1
% de eleitos										
Até 5.000 hab.	30,0	35,1	38,1	41,9	43,0	8,6	11,4	14,9	16,5	21,0
De 5.001 a 10.000 hab.	32,6	36,8	38,7	41,2	41,3	11,2	14,1	18,0	19,9	24,2
De 10.001 a 20.000 hab.	35,3	39,5	41,2	41,5	41,6	13,6	17,5	21,2	23,9	28,2
De 20.001 a 50.000 hab.	38,2	41,0	42,6	41,8	41,7	19,6	22,7	26,0	29,3	33,7
De 50.001 a 100.000 hab.	37,9	40,4	42,6	41,3	39,2	27,6	31,1	33,3	36,5	41,4
De 100.001 a 500.000 hab.	34,9	38,3	39,0	38,7	38,4	39,1	39,8	40,9	43,0	47,1
Mais de 500.000 hab.	32,5	32,3	33,9	32,4	32,9	54,9	57,1	55,1	59,1	59,9
% de eleitos/% de candidatos										
Até 5.000 hab.	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	1,3	1,2	1,2	1,3	1,3
De 5.001 a 10.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,4	1,3	1,3	1,4	1,5
De 10.001 a 20.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5
De 20.001 a 50.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,5	1,4	1,5	1,6	1,6
De 50.001 a 100.000 hab.	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	1,5	1,5	1,5	1,7	1,7
De 100.001 a 500.000 hab.	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	1,7	1,6	1,7	1,7	1,7
Mais de 500.000 hab.	0,8	0,7	0,8	0,7	0,7	1,7	1,7	1,8	1,7	1,6

Fonte: elaboração própria.

A razão “% de eleitos/% de candidatos” para as grandes regiões brasileiras, apresentada na Tabela 6, evidencia a marcante mudança no resultado das eleições em relação à escolaridade dos eleitos ao longo dos anos.

Com o passar do tempo, tem havido uma diminuição na representatividade dos vereadores eleitos com ensino médio completo em comparação com os candidatos. Essa tendência é evidenciada pela razão “% de eleitos/% de candidatos”, que tem valores inferiores a 1 (um). Por outro lado, o percentual de vereadores eleitos com curso superior completo tem aumentado em relação ao percentual de candidatos. Esse fenômeno é acentuado pela crescente chance eleitoral desse grupo, cujos valores estão acima de 1 (um). Inicialmente, essa tendência era mais marcante nos municípios de maior porte populacional, mas, ao longo do tempo, tornou-se praticamente geral em todas as regiões.

Tabela 6 – Razão entre percentual de candidatos e percentual de eleitos com ensino médio completo e ensino superior completo para o cargo de vereador por porte populacional nas grandes regiões brasileiras (2004, 2008, 2012, 2016 e 2020)

Porte populacional	Ensino médio					Ensino superior				
	2004	2008	2012	2016	2020	2004	2008	2012	2016	2020
Norte										
Até 5.000 hab.	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,4	1,3
De 5.001 a 10.000 hab.	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	1,2	1,4	1,4	1,5	1,6
De 10.001 a 20.000 hab.	1,3	1,1	1,1	1,0	1,0	1,3	1,2	1,3	1,6	1,5
De 20.001 a 50.000 hab.	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	1,5	1,3	1,4	1,6	1,5
De 50.001 a 100.000 hab.	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,4	1,3	1,6	1,6	1,5
De 100.001 a 500.000 hab.	1,0	0,9	0,8	0,8	0,8	1,5	1,5	1,9	1,7	1,7
Mais de 500.000 hab.	0,9	0,6	0,7	0,8	1,0	1,5	1,8	1,7	1,6	1,2
Nordeste										
Até 5.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,2	1,1	1,1	1,2	1,3
De 5.001 a 10.000 hab.	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,3	1,2	1,2	1,3	1,3
De 10.001 a 20.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4
De 20.001 a 50.000 hab.	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9	1,5	1,4	1,4	1,5	1,6
De 50.001 a 100.000 hab.	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	1,5	1,4	1,5	1,5	1,7
De 100.001 a 500.000 hab.	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7
Mais de 500.000 hab.	0,6	0,7	0,7	0,6	0,7	2,0	1,7	1,9	1,9	1,7
Sudeste										
Até 5.000 hab.	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,4	1,3	1,3	1,4	1,5
De 5.001 a 10.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,5	1,3	1,3	1,6	1,5
De 10.001 a 20.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,5	1,5	1,4	1,6	1,6
De 20.001 a 50.000 hab.	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	1,8	1,6	1,6	1,7	1,7
De 50.001 a 100.000 hab.	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	1,6	1,6	1,7	1,9	1,7
De 100.001 a 500.000 hab.	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,7	1,6	1,7	1,7	1,6
Mais de 500.000 hab.	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6
Sul										
Até 5.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2
De 5.001 a 10.000 hab.	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,3	1,2	1,3	1,4	1,5
De 10.001 a 20.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,4	1,3	1,5	1,6	1,6
De 20.001 a 50.000 hab.	1,1	1,0	1,0	0,9	1,0	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6
De 50.001 a 100.000 hab.	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	1,5	1,4	1,7	1,8	1,7
De 100.001 a 500.000 hab.	0,8	0,9	0,9	0,8	0,8	1,8	1,6	1,7	1,8	1,6
Mais de 500.000 hab.	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	1,7	1,7	1,8	1,8	1,7
Centro-Oeste										
Até 5.000 hab.	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,3	1,3	1,1	1,3	1,4
De 5.001 a 10.000 hab.	1,3	1,3	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,4	1,4
De 10.001 a 20.000 hab.	1,3	1,1	1,1	1,1	1,0	1,4	1,4	1,5	1,5	1,6
De 20.001 a 50.000 hab.	1,2	1,2	1,1	1,0	1,0	1,4	1,2	1,4	1,7	1,6
De 50.001 a 100.000 hab.	1,1	1,1	1,1	1,0	0,9	1,5	1,4	1,2	1,6	1,7
De 100.001 a 500.000 hab.	1,1	1,0	0,8	0,9	0,8	1,8	1,5	1,7	1,7	1,6
Mais de 500.000 hab.	0,9	1,0	0,8	0,7	0,7	1,4	1,5	1,6	1,7	1,5

Fonte: elaboração própria.

3.4 Análise da característica “idade”

Os resultados e análises apresentados nesta seção utilizam a idade média e a distribuição segundo grupos etários para identificar, no contexto dessas características, as classes predominantes de candidatos e eleitos para as câmaras de vereadores. Como se observa na Tabela 7, no Brasil como um todo, houve um aumento na idade média dos candidatos e eleitos para vereador ao longo das cinco últimas eleições, com poucas exceções.

Tabela 7 – Idade média dos candidatos e dos eleitos para o cargo de vereador por porte populacional no Brasil (2004, 2008, 2012, 2016 e 2020)

Porte populacional	Idade dos candidatos					Idade dos eleitos				
	2004	2008	2012	2016	2020	2004	2008	2012	2016	2020
Até 5.000 hab.	41,92	42,77	43,21	43,80	44,42	41,57	42,12	42,83	43,80	44,36
De 5.001 a 10.000 hab.	42,07	42,84	43,23	43,69	44,33	41,73	42,35	42,82	43,59	44,31
De 10.001 a 20.000 hab.	42,48	43,36	43,48	43,92	44,56	42,33	42,76	43,30	43,94	44,41
De 20.001 a 50.000 hab.	42,94	43,69	43,77	44,11	44,88	42,88	43,40	43,61	44,22	44,62
De 50.001 a 100.000 hab.	43,64	44,37	44,50	44,62	45,51	43,58	43,84	44,15	44,83	44,94
De 100.001 a 500.000 hab.	44,02	45,01	45,28	45,58	46,34	44,19	44,91	45,48	45,77	45,55
Mais de 500.000 hab.	44,78	45,97	46,16	46,35	47,41	45,85	46,35	46,35	46,88	46,30
Média	42,96	43,80	44,08	44,45	45,27	42,43	42,95	43,50	44,19	44,60

Fonte: elaboração própria.

Na eleição de 2004, a idade média dos candidatos era de 42,96 anos, passando, em 2020, para 45,27 anos. Já para os eleitos, a idade média subiu de 42,43 para 44,60 anos. Os resultados indicam que, nos municípios de menor porte populacional, os vereadores eleitos tinham idade média inferior ou muito próxima à idade média dos candidatos. No entanto, essa tendência não se aplicava aos municípios de maior população. A exceção ocorreu na eleição de 2020, na qual, para todos os grupos de porte, a idade média dos eleitos era inferior à idade média dos candidatos, principalmente nos municípios mais populosos.

A análise da razão entre o percentual de eleitos e o percentual de candidatos, conforme apresentado na Tabela 8, destaca os grupos etários com maiores chances de sucesso no conjunto das eleições de 2004 a 2020.

Tabela 8 – Número de vezes que a razão entre o percentual de eleitos e o percentual de candidatos ao cargo de vereador por grupo de idade é maior que 1 (um) por porte populacional no Brasil de 2004 a 2020

Grupo de idade	Porte populacional						
	Até 5.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 100.001 a 500.000 hab.	Mais de 500.000 hab.
18 e 19							
20 ┆ 30							1
30 ┆ 40	5	5	5	5	5	5	3
40 ┆ 50	5	5	5	5	5	5	4
50 ┆ 60	2	2	2	1	1	1	2
60 ┆ 70							4
70 ┆ 80							2
80 e mais							4

Fonte: elaboração própria.

Os grupos de “30 a menos de 40 anos” e “40 a menos de 50 anos” se destacaram em todas as eleições no Brasil como um todo. Nos municípios maiores, outros grupos etários também mostraram destaque, principalmente os mais velhos, como os de “60 a menos de 70 anos” e “80 anos e mais”, evidenciando uma variabilidade maior nessas regiões em relação ao sucesso eleitoral por faixa etária.

Conforme a Tabela 9, os resultados para as grandes regiões mostram padrão muito parecido com a média nacional, principalmente o Sudeste, com prevalência dos grupos etários de “30 a menos de 40 anos” e de “40 a menos de 50 anos”, com algumas especificidades.

As disparidades em termos de chances eleitorais, quando comparadas à média nacional, são mais evidentes nos municípios com população entre 100.001 e 500.000 habitantes. No Norte, por exemplo, os grupos etários de “40 a menos de 70 anos” se destacam. No Nordeste, os grupos

Tabela 9 – Número de vezes que a razão entre o percentual de eleitos e o percentual de candidatos ao cargo de vereador por grupo de idade é maior que 1 (um) por porte populacional nas grandes regiões brasileiras de 2004 a 2020

Grupo de idade	Porte populacional						
	Até 5.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 100.001 a 500.000 hab.	Mais de 500.000 hab.
Norte							
18 e 19					1		1
20 + 30							4
30 + 40	5	5	5	5	4	5	3
40 + 50	5	5	5	5	5	3	3
50 + 60	1					2	2
60 + 70						2	2
70 + 80					1		3
80 e mais			1				
Nordeste							
18 e 19							1
20 + 30							2
30 + 40	5	5	4	5	3	2	3
40 + 50	5	5	5	5	5	4	3
50 + 60	3	2	3	3	3	3	3
60 + 70	2				1	2	4
70 + 80				1			2
80 e mais	1	1			1	1	3
Sudeste							
18 e 19							
20 + 30							1
30 + 40	5	5	5	5	5	5	3
40 + 50	5	5	5	5	5	5	3
50 + 60	2	2	2	1		3	2
60 + 70							4
70 + 80							2
80 e mais					1	1	2
Sul							
18 e 19							
20 + 30							1
30 + 40	4	5	5	5	5	3	3
40 + 50	5	5	5	5	5	5	2
50 + 60	2	2	2	1	2	2	1
60 + 70						1	5
70 + 80					1	1	3
80 e mais	1			2			3
Centro-Oeste							
18 e 19							
20 + 30							2
30 + 40	5	5	5	5	5	3	2
40 + 50	5	4	4	5	5	4	5
50 + 60	2	2	1	2	1	1	1
60 + 70					1	1	3
70 + 80					2		
80 e mais				1			

Fonte: elaboração própria.

de “50 a menos de 60 anos” e “60 a menos de 70 anos” chamam a atenção em todos os tamanhos populacionais, especialmente nos maiores. No Sul, os grupos de “30 a menos de 50 anos” se sobressaem nos municípios com até 500.000 habitantes, enquanto os grupos mais velhos são mais notáveis nos municípios maiores. Na região Centro-Oeste, os grupos de “30 a menos de 50 anos” ganham destaque nos municípios de até 500.000 habitantes, com uma leve presença dos grupos de “50 a menos de 60 anos”. Nos municípios maiores, destacam-se os grupos de “70 a menos de 80 anos” e “20 a menos de 40 anos”.

4 Conclusões e considerações finais

Este estudo abrangeu todo o território brasileiro, analisando características do perfil de candidatos e eleitos para o Poder Legislativo municipal nas cinco eleições realizadas de 2004 a 2020, de forma a oferecer um panorama abrangente e representativo do cenário político na perspectiva do porte populacional do município no contexto federal e das grandes regiões brasileiras. Ao revisar a literatura de Ciência Política, observou-se que muitos estudos se concentram em casos regionais, destacando a importância deste estudo panorâmico.

Os resultados da pesquisa revelam informações valiosas para uma percepção mais concisa do cenário político local. No que diz respeito à característica “sexo”, observou-se que houve um aumento na participação e presença de mulheres nas eleições para as câmaras de vereadores no Brasil como um todo. De 2004 a 2020, a representação feminina cresceu. No entanto, em 2004 e 2008, a representação era baixa, com maior percentual de candidaturas femininas nos municípios mais populosos. A partir de 2012, houve uma inversão, com percentuais maiores de candidaturas femininas registradas nos grupos populacionais menores. Além disso, o percentual de mulheres eleitas foi superior nos municípios de menor porte. Contudo, a sub-representação feminina nas câmaras de vereadores ocorreu em todas as regiões do Brasil, em relação às candidaturas.

Quanto à característica “raça/cor”, as informações eleitorais estavam disponíveis apenas para as eleições de 2016 e 2020. A análise considerou dois grandes grupos: brancos e negros (incluindo pretos e pardos). No Brasil, houve um aumento nos percentuais de candidatos e eleitos negros nas câmaras de vereadores nas eleições de 2016 e 2020. Isso ocorreu em praticamente todas as regiões e grupos de porte populacional.

Em relação ao “grau de instrução”, candidatos com ensino médio completo e ensino superior completo se destacaram em todo o Brasil. Percentuais crescentes desses grupos foram observados para praticamente todos os tamanhos de municípios. Com o aumento do porte populacional, os percentuais também aumentavam.

Na característica “idade”, a média de idade dos candidatos e eleitos para vereador aumentou nas últimas cinco eleições no Brasil. Em 2004, a idade média dos candidatos era de 42,96 anos, subindo para 45,27 anos em 2020. Para os eleitos, a média passou de 42,43 anos para 44,60 anos. Nos municípios de menor porte, os eleitos tinham idade média próxima à dos candidatos, mas essa tendência não se aplicava aos municípios maiores. Em 2020, a média de idade dos eleitos era inferior à dos candidatos, especialmente nos municípios mais populosos.

A compreensão do cenário local é essencial para contextualizar o ambiente político. Nesse sentido, o panorama apresentado neste estudo colabora para aprofundar a compreensão sobre o tema e consolidar um campo de estudos que ainda carece de produções científicas substanciais. Além disso, as diversas perspectivas de análise oferecidas por esta pesquisa podem servir de inspiração para futuros estudos nessa área. Este trabalho não só contribui para a literatura existente, mas também abre novas possibilidades para investigações subsequentes, incentivando uma exploração contínua e detalhada das dinâmicas políticas municipais no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Acir; LOPEZ, Felix Garcia. **Representação política local: padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras**. Brasília, DF: Repositório Ipea, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1495/1/td_1625.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023. Citada 1 vez na página 3.

ARAÚJO, Maria Geovânia da Silva. **Desenvolvimento local**: os impactos socioeconômicos e urbanos provocados pelo crescimento da indústria têxtil no município de Itaporanga-PB. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uepb.edu.br/items/441690f8-7567-421d-a751-1fceece79ce2>. Acesso em: 18 mar. 2024. Citada 1 vez na página 3.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, p. 17–26, 2004. Citada 1 vez na página 3.

BRASIL. **Lei n.º 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos; n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições; e n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm. Acesso em: 21 mar. 2024. Citada 1 vez na página 7.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Citada 1 vez na página 3.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Portal de dados abertos do TSE**. Brasília, DF: TSE, 2024. Citada 2 vezes nas páginas 2 e 6.

CALVO, Maria Cristina Marino *et al.* Estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 25, p. 767–776, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/nYQtkd4HypncJ5Rkk9hKntS/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 8 out. 2023. Citada 1 vez na página 4.

CARLOMAGNO, Márcio. Como o candidato alcança seu eleitor?: mensurando estratégias eleitorais por meio dos gastos de campanha nas eleições 2012. **Revista Teoria e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 159–192, 2015. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4565/2015_carlomagno_como_candidato_alcanca.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 ago. 2023. Citada 1 vez na página 4.

CHIEZA, Rosa Angela; COSTA, Vitor Chagas da. Mudanças institucionais, alterações na composição dos legislativos municipais, gastos públicos e democracia no Brasil. In: DEMARCO, Diogo Joel (org.) **Gestão pública, município e federação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/CEGOV, 2015. p. 143–166. *E-book*. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/214341>. Acesso em: 10 ago. 2023. Citada 1 vez na página 5.

COSTA, Caio César de Medeiros *et al.* Disparidades inter-regionais e características dos municípios do estado de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 20, p. 52–88, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/229>. Acesso em: 18 ago. 2023. Citada 1 vez na página 3.

GELAPE, Lucas de Oliveira. **A geografia do voto em eleições municipais no sistema eleitoral de lista aberta**: um estudo a partir de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AQGERZ>. Acesso em: 16 ago. 2023. Citada 2 vezes na página 3.

GELAPE, Lucas de Oliveira. **Apesar de tudo, carreiras políticas locais**: padrões alternativos, reeleição e partidos nas trajetórias de vereadores. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23052022-121510/pt-br.php>. Acesso em: 17 ago. 2023. Citada 5 vezes nas páginas 4 e 5.

GUISO, Fernando Henrique. **A conexão entre representação e participação no nível local**: um estudo a partir das experiências de vereadores de Minas Gerais. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/browse?type=author&value=Guisso%2C+Fernando+Henrique>. Acesso em: 13 nov. 2023. Citada 5 vezes na página 3.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**: famílias e domicílios – resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Citada 1 vez na página 4.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios brasileiros 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101985.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023. Citada 2 vezes nas páginas 3 e 4.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; SILVA, Bruno Souza da. Padrões regionais de votação nas eleições municipais brasileiras. In: VII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE CIENCIA POLÍTICA, 1., 2016, Bogotá. **Anales [...]**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2016. p. 107–134. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7440/j.ctt1hxg9w6>. Acesso em: 8 abr. 2024. Citada 1 vez na página 3.

- LEAL, Carine de Souza. **Quem faz a política no município?:** perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27500>. Acesso em: 2 ago. 2023. Citada 5 vezes na página 6.
- MELO, Carlos Augusto Viana de; PESSOA JÚNIOR, José Ribamar de Carvalho; SOARES, Kilberth Cavalcante Costa. Interseção entre sistema eleitoral e sistema partidário: eleições municipais de 2020. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 11, n. 26, p. 227–264, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/4704>. Acesso em: 2 set. 2023. Citada 1 vez na página 5.
- NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. 112 p. Citada 3 vezes na página 5.
- PIMENTEL, Fernando Castim; ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti de; SOUZA, Wayner Vieira de. A Estratégia Saúde da Família no estado de Pernambuco: avaliação da estrutura das equipes por porte populacional. **Saúde em Debate**, v. 39, n. 104, p. 88–101, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/kmZCYw99HddxQ5DcNjxF7PB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023. Citada 1 vez na página 4.
- ROCHA, Marta M.; ARAÚJO, Paulo M. Clientelismo e representação política no nível local no Brasil. In: SEMINÁRIOS DE PESQUISA DO CENTRO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS (CEL UFMG) DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (DCP-UFMG), 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Citada 1 vez na página 3.
- ROCHA, Marta Mendes; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Poder local e representação política nos municípios, brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas. In: ROCHA, Marta Mendes; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (org.) **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. p. 17–34. Citada 4 vezes nas páginas 3, 4 e 5.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. Citada 1 vez na página 5.
- SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. O que faz a diferença?: gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 109–126, dez. 2013. Disponível em: https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_10389_5.pdf/11046824-77ff-9c4c-0a34-2449b34d3f02. Acesso em: 5 ago. 2023. Citada 1 vez na página 4.

Contribuições dos autores

Simone Cristina Dufloth: Administração do projeto, Conceituação, Escrita – primeira redação, Investigação, Metodologia, Escrita – revisão e edição; **Cláudia Júlia Guimarães Horta:** Conceituação, Escrita – primeira redação, Investigação, Metodologia, Escrita – revisão e edição; **Bruno Lazzarotti Diniz Costa:** Escrita – primeira redação, Investigação, Escrita – revisão e edição; **Karoline Kellen Sena:** Escrita – primeira redação, Investigação, Escrita – revisão e edição; **Gabriel Luiz Lisboa de Sousa:** Escrita – primeira redação, Investigação, Escrita – revisão e edição.